



**Narrativas Decoloniais: Uma Abordagem Teórica sobre Processos
Decoloniais nas Comunidades Indígenas *Xucuru-Kariri e Karapotó Plak-Ô*
da Cidade de Penedo/AL**

Decolonial Narratives: A Theoretical Approach On Decolonial Processes In The Indigenous
Communities Xucuru-Kariri And Karapotó Plak-Ô In The City Of Penedo/Al

Josenildo Farias Neto¹

Submetido: 17/11/2025 Aprovado: 06/01/2026 Publicação: 27/01/2026

RESUMO

Este artigo apresenta teorias que destacam características do projeto decolonial em narrativas produzidas por bolsistas do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (IFAL – Campus Penedo). As referidas narrativas dos alunos bolsistas dialogam com os estudos sobre decolonialidade como projeto que teve origem simultânea ao início do sistema-mundo moderno/colonial. (SOUSA SANTOS, 2007). Destacam-se os conhecimentos locais produzidos por populações indígenas (Penedo-AL) que, embora tendo sua história e cultura dilaceradas por um mundo capitalista e eurocêntrico, continuam a resistir a esse processo globalizante e totalitário que intenta apagar as identidades das minorias desprivilegiadas. Essas minorias lutam contra o epistemicídio que é apresentado neste artigo como uma forma de destruir e invalidar os saberes desses povos que sempre tiveram seu conhecimento, cultura e linguagem apagados por um processo globalizante em que o “ter se sobrepõe ao ser”. Esse epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio sofrido por esses povos porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista durante boa parte do nosso século.

Palavras-chave: Decolonialidade. Perspectiva indígena, Narrativas, Identidades, Eurocentrismo.

ABSTRACT

This article presents theories that highlight characteristics of the decolonial project in narratives produced by scholarship students of the Afro-Brazilian and Indigenous Studies Center (IFAL – Penedo Campus). These narratives engage with studies on decoloniality as a project that emerged simultaneously with the beginning of the modern/colonial world-system (SOUSA SANTOS, 2007). The article emphasizes the local knowledge produced by Indigenous populations (Penedo-AL), who, despite having their history and culture torn apart by a capitalist and Eurocentric world, continue to resist this globalizing and totalitarian process that seeks to erase the identities of underprivileged minorities. These minorities fight against epistemicide, which is presented in this article as a form of destroying and invalidating the knowledge of these peoples, who have always had their knowledge, culture, and language erased by a globalizing process in which "having" takes precedence over "being." This epistemicide was far more extensive than the genocide suffered by these peoples, as it occurred whenever attempts were made to subordinate, marginalize, or criminalize practices and social groups that could threaten capitalist expansion throughout much of our century.

Keywords: Decoloniality. Indigenous perspective. Narratives. Identities. Eurocentrism

¹ Professor do Instituto Federal de Alagoas, IFAL. Doutorando em Ciências da Educação, Universidad Tecnológica Intercontinental, UTIC. josenildo.neto@ifal.edu.br

1. Introdução

Neste artigo apresenta-se o recorte de narrativas realizadas por alunos bolsistas que participaram do “Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas” (NEABI), do Instituto Federal de Alagoas, Campus Penedo. Neste grupo, os referidos bolsistas realizaram atividades de pesquisa nas comunidades afro-brasileiras e indígenas, e compartilharam com a comunidade acadêmica em eventos promovidos pela instituição.

O objetivo deste artigo é debater a colonialidade do saber presente nos meios sociais, bem como questionar conceitos atribuídos aos povos indígenas que se normalizaram na sociedade moderna-contemporânea. Termos como: selvagens, bárbaros, inferiores e/ou subdesenvolvidos, são até então usados para se referir a povos indígenas sem que haja nenhum conhecimento empírico sobre determinados povos. Percebe-se que há obstáculos para que os brasileiros não indígenas compreendam melhor o que têm a dizer as comunidades indígenas. Dentre esses obstáculos, destacam-se idealizações e preconceitos que nos impedem de entender o que o diálogo com povos indígenas poderia nos ensinar.

No primeiro momento, será feito um estudo teórico que dialoga com concepções tidas pelos alunos. No segundo momento, abordar-se-á como a colonialidade do saber está circulando entre os alunos do Instituto Federal de Alagoas, Campus Penedo. Como ela se manifesta nas relações concretas em sala de aula no que concerne aos povos indígenas? Como se expressa nas falas dos estudantes? Ao longo de todo o texto, o referencial teórico que embasa e dialoga com este estudo estará em evidência como intuito de promover alguma reflexão sobre decolonialidade e povos indígenas. Serão salientadas também as concepções imbricadas, sobre como são concebidas as comunidades indígenas para os alunos da instituição.

As indagações que norteiam este trabalho são: como a colonialidade se articula para promover as concepções que temos sobre os povos indígenas? Como emerge a subalternização do saber no processo de colonização? Quais são as consequências?

2. Referencial Teórico

A base teórica do estudo é a Modernidade/Colonialidade que considera ter a organização do Sistema-Mundo, classificando este mundo como sendo Moderno/Colonial/Capitalista, e tendo raízes históricas que são marcadas pela espoliação de recursos naturais, exploração do trabalho, subalternização humana, acumulação de capital, negação da alteridade e socialização de miséria (DUSSEL, 2005; CASTRO-GÓMEZ, 2005; GROSGOUEL, 2010; GALEANO, 2013; MIGNOLO, 2009). Tais autores nos fazem refletir e problematizar algumas questões que parecem

“congeladas” no tempo, a exemplo, de que os indígenas são povos selvagens, primitivos e que não evoluíram ao longo do tempo. Ou seja, o mundo ocidental insiste em afirmar que o bárbaro, o selvagem, o primitivo são sempre os nossos opostos. Trata-se aqui do “epistemicídio”, definido pelo sociólogo e estudioso das Epistemologias do Sul Global, Boaventura Sousa Santos, que explica o processo de invisibilidade e ocultação das contribuições culturais e sociais não assimiladas pelo “saber” ocidental. (SOUSA SANTOS, 2007).

Posto isto, para interpretar a realidade, e não a concebê-la como óbvia e estática, a Modernidade/Colonialidade propõe uma perspectiva decolonial para compreender e interpretar a realidade latino-americana. Conforme Grosfoguel (2010), uma perspectiva decolonial implica em:

1) Uma perspectiva epistêmica decolonial exige um cânone de pensamento mais amplo do que o cânone ocidental 2) uma perspectiva decolonial verdadeiramente universal não pode basear-se num abstrato universal [...] antes teria de ser o resultado de um diálogo crítico entre diversos projetos críticos políticos/éticos/epistêmicos, apontando um mundo pluriversal e não um mundo universal; 3) a descolonização do conhecimento exigiria levar a sério a perspectiva/cosmologia/visões de pensadores críticos do sul global, que pensam com e a partir do corpos e lugares étnicos-raciais/sexuais subalternizados. (GROSFOGUEL, 2010, p. 456-457).

Para melhor compreender essa matriz de subalternização, na qual não só os povos indígenas, mas também outros povos que se encontram no sul global, tal qual afro-descendentes e povos latino-americanos, é imprescindível que se faça o movimento de retorno ao momento constitutivo da hierarquia de submissão forjada na história do povo latino, isto é, no ano da invasão Ibérica, em 1492, quando é instaurada a Modernidade/Colonialidade. Conforme Quijano (2007):

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do patrono mundial do poder capitalista. Fundamenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder, e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e sujeitos, da existência cotidiana e da escala social. Se originou e se mundializou a partir da América. (QUIJANO, 2007, p. 93).

Assim, entende-se que colonialidade é essa matriz de poder/saber que invade as relações e atua no cotidiano, estando presente no imaginário social como, por exemplo, a ausência dos saberes latino-americanos nas escolas, universidades e nos cursos de graduação. Esta colonialidade expressa um processo de subalternização dos saberes, da história e do ser e viver dos povos latinos.

2.1. A colonialidade do saber entre os estudantes

Antigamente era comum pensarmos que as “sociedades primitivas” eram sociedades de subsistência. Essa ideia circula entre os estudantes. Os indígenas, para a grande maioria, são povos que vivem o tempo inteiro em busca de comida, sempre com fome e insatisfeitos. Os indígenas

aqui, são vistos como ainda estando na Idade da Pedra. Muitos acreditam que o estilo de vida moderno é superior ao dos indígenas por não terem acesso à internet, rádio, televisão, dentre outras tecnologias. São vários os relatos de que “nosso” estilo de vida é melhor, mais moderno, lógico, coerente, até mesmo superior.

Há entre os estudantes uma concepção eurocêntrica de que somos povos desenvolvidos e os indígenas não. Trata-se de um conceito de que há um único mundo possível. Tal conceito precisa ser desconstruído. Para isso, é necessário que haja uma superação que inclua essa desconstrução como um legado de ideias que combatam o eurocentrismo, o racismo, e o sexismo que se perpetuam desde a colonização e questionar a manutenção de sistemas opressivos desiguais com base nesses valores. Em outras palavras, faz-se necessária uma abordagem decolonial.

A decolonialidade busca reconstruir e recuperar narrativas e práticas culturais dos povos colonizados e promover a igualdade e a justiça social. Em outras palavras, esta prática decolonial aborda um pensamento que se desprende de uma lógica de um único mundo possível, e se abre para uma pluralidade de vozes e caminhos. Trata-se de uma busca pelo direito à diferença e a uma abertura para um pensamento-outro. (SOUSA SANTOS, 2007, p. 73).

Para Mignolo (2017), o pensamento decolonial abre opções de repensar as nossas realidades através de novos paradigmas e ao mesmo tempo nos permite criar novos epistemes em modelos outros que orientem nosso pensamento e nosso fazer na sociedade. Em outras palavras, tal pensamento refere-se primordialmente à condição de liberação dos povos subalternos, reconhecendo sua autenticidade cultural, política, econômica e ideológica. Trata-se também de compreender a decolonialidade como uma proposta que se opõe a padrões de poder que sempre foram defendidos por uma sociedade capitalista, colonial e patriarcal.

Tal epistemicídio, como abordado pelos teóricos até então, advém de uma modernidade europeia que impõe uma única forma de Estado que é desenfreadamente epistemicida, em função de sua necessidade de ilimitada expansão da produção capitalista. O crescimento econômico é o que mais importa para a manutenção do capital. O sistema capitalista detém as mais fantásticas máquinas de destruição. São, para sua manutenção e crescimento dizimados: subsolo, florestas, mares, natureza, espaço, sociedades, indivíduos, raças – os indígenas, dentre elas. Foi através desta “modernidade” europeia que os povos indígenas começaram a ser dizimados já à época da chegada dos europeus, em 1500. Sem dúvida, havia mais indígenas do que há atualmente. As epidemias e guerras trazidas por estes povos visitantes foram fatores preponderantes para a diminuição desta população que vem sendo explorada desde a época do “descobrimento” do Brasil. Os efeitos negativos desta ocupação das terras indígenas é um outro agravante deste “descobrimento” que poderia ser substituído por “exploração” e saque aos recursos naturais que aqui existiam àquela época.

Esta exploração promovida por um sistema capitalista em que tudo deve ser transformado em lucro, obviamente foi deletéria. Não obstante, foi a ocupação das mentes dos povos indígenas com um pensamento reducionista, que provocou a subordinação dos saberes indígenas, que aniquilou as possibilidades de reconhecimento dos pensamentos destes povos, que eliminou muitas formas distintas de produção autônoma de conhecimento.

É unânime entre as tribos indígenas *Xucuru-Kariri* e *Karapotá Plak-ô*, localizadas nas imediações da cidade de Penedo-AL, a ideia de que a primeira *fake news* da história desse país está relacionada ao descobrimento desta Nação, no dia 22 de abril de 1500, por Pedro Álvares Cabral. Este descobrimento aconteceu numa época em que o território brasileiro já era habitado por mais de cinco milhões de povos indígenas. Em palestras proferidas pelos povos indígenas mencionados neste texto, relatou-se que o conhecimento desses povos é ignorado pelo homem “moderno”. Há muito tempo, o país e o mundo já haviam sido alertados sobre extinção de espécies, mudanças climáticas, doenças, dentre outros. No entanto, tais alertas só foram levados a sério a partir do momento em que a ciência das universidades difundiu tal informação.

Para os povos indígenas. “É urgente pensar a descolonização contra a monocultura das mentes e do enxergar, porque toda monocultura mata, inclusive a do pensamento”. Ainda sobre o epistemicídio – expressão associada ao processo de exclusão e de silenciamento de formas tradicionais e não acadêmicas de saber. Os indígenas são enfáticos: “Na universidade, nós não somos vítimas da bala de fogo, mas somos vítimas da bala que tenta negar a nossa identidade e o nosso modo de conhecimento em uma matança da nossa identidade. Somos mortos quando nos tiram o nosso território e o nosso território do pensar”, afirmam esses povos excluídos do processo de produção de conhecimento. Essa exclusão imposta pelo pensamento europeu/eurocêntrico foi bem mais grave que o genocídio praticado em todo território nacional contra os povos indígenas – esta prática eliminou e continua eliminando várias formas distintas de pensamento destes povos ainda remanescentes. Esse epistemicídio desemboca numa enorme perda de conhecimentos e corrobora com a afirmação no imaginário mundo moderno do mito da superioridade epistemológica do pensamento europeu.

O domínio europeu (branco) se faz presente na história brasileira em diversos segmentos da sociedade brasileira. Para Nascimento (2019a, p. 35),

a história do Brasil é uma versão concebida pelos brancos e para os brancos, exatamente como toda sua estrutura econômica, sociocultural, política e militar tem sido usurpada da maioria da população para o benefício exclusivo de uma elite minoritária brancóide, presumidamente de origem europeia.

Trata-se de um processo extremamente violento e sistemático que desqualifica qualquer outra forma de conhecimento que não seja a eurocêntrica. Isso porque há muito tempo, por

séculos, os índios e o “homem moderno” acreditavam, e certamente ainda acreditam na superioridade do pensamento europeu/ cristão/ científico/ moderno, e o mais grave, na desqualificação, na invalidez, na futilidade do pensamento indígena.

Tal processo é responsável pela colonialidade dos povos, bem como de seus saberes. Boaventura de Sousa Santos (1995) considera que o epistemicídio foi maior que o genocídio no contexto do expansionismo europeu por meio do processo de colonização. Para o autor,

o genocídio que pontuou tantas vezes a expansão européia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais) (SANTOS, 1995, p. 328).

Mesmo tentando superar o processo de colonização, esta continua presente, até mesmo de forma subliminar, na sociedade, nos livros didáticos, no estereótipo de comemoração do dia do índio, etc. Faz-se necessário abordar esses temas na escola, nas universidades, bem como em toda sociedade. Falar sobre estes assuntos é falar da necessidade de superar essa perspectiva colonialista de centralização do conhecimento. É questionar a colonialidade em todas as suas dimensões, intuindo promover a desconstrução de discursos e práticas hegemônicas.

Ao abordar esses temas nos momentos de socialização de ações promovidas pelo NEABI, (exposições, seminários, palestras), dá-se início a uma tentativa de superação dessa perspectiva colonialista de produção de conhecimento. Instituições de Ensino, ainda hoje, no Brasil, e na América Latina em geral, reproduzem práticas herdadas por um modelo eurocentrado de saber.

Dito isto, professores, intelectuais acadêmicos e a sociedade como um todo, devem atuar como agentes políticos comprometidos com questões inerentes aos povos indígenas. É premente evitar que se reproduzam tais práticas colonialistas que reafirmam e impõem a separação, a invisibilidade e a supervalorização de uma cultura em detrimento de outra.

Essa separação e invisibilidade coadunam com o que Boaventura de Sousa Santos (2007) caracteriza como pensamento abissal. O pensamento abissal consiste em um sistema de distinções visíveis e invisíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas por linhas que dividem a realidade social em dois universos: o “deste lado da linha” e o do “outro lado da linha”. Esse outro lado da linha é tido como inexistente e tudo aquilo que lá é produzido é considerado inexistente. Como distinções visíveis, o autor destaca a tensão entre regulações e emancipações sociais. Em síntese, o

autor considera que o pensamento moderno ocidental tem tratado de modo abissal os pensamentos não-ocidentais. Para o autor supracitado,

Existem linhas abissais que separam o mundo humano do mundo sub-humano, de tal modo que princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas. As colônias representam um modelo de exclusão radical que permanece no pensamento e nas práticas modernas ocidentais tal como no ciclo colonial (SANTOS, 2007, p. 76).

Posto isto, é visível que o colonialismo é uma forma de dominação que nega a plenitude dos povos e nações colonizadas, obviamente os indígenas dentre eles, uma vez que esses estão com seu desenvolvimento ontológico e epistemológico cerceados, de tal modo que ponderamos que os racismos, os epistemicídios, as xenofobias, as discriminações religiosas, de gênero, entre outras, podem ser tomadas como expressões coloniais contemporâneas.

2.2. Como são concebidas as comunidades indígenas para os alunos da instituição?

Não só as duas tribos indígenas “Xucuru-Kariri e Karapotó Plak-ô” da cidade de Penedo/AL, bem como qualquer outra já tem conceito pré-estabelecido pelos estudantes. Circula ainda na sociedade preconceitos que remontam à época da chegada dos portugueses neste solo. Os indígenas são categorizados como povos atrasados, subdesenvolvidos, ignorantes, parados no tempo. Povos que não evoluíram. Não atingiram o ápice proporcionado pelas “Novas Tecnologias”, tão logo, não se desenvolveram.

Em palestra proferida pelos indígenas da tribo Xucuru-Kariri, no Instituto Federal de Alagoas, Campus Penedo, no ano de 2022. Alguns questionamentos feitos por integrantes da tribo, promoveram profunda reflexão entre os estudantes e toda a comunidade acadêmica. Alguns destes questionamentos foram:

- Não entendemos porque “o homem branco” trabalha tanto ao longo da vida. Horários corridos. Rotinas que o impedem de viver. Supervalorização do dinheiro e tantos problemas de saúde advindos dessa busca por bens materiais. Nós indígenas vamos para a terra e colhemos na natureza nosso sustento somente na hora que precisamos. Temos muito mais tempo para viver e nos dedicar a nossa família e nossa cultura. Se vocês são desenvolvidos, por que não diminuem o ritmo de trabalho e pensam de fato em viver com mais prazer? Nós indígenas, fazemos isso!

- Não entendemos como o “homem branco” se considera superior às demais raças, descobrem curas para doenças, mas também “criam” doenças provenientes de vírus, bactérias e outros agentes. Criam vacinas que evitam vários males, mas não conseguem ainda perceber a importância do oxigênio produzido pelas árvores. Como não conseguiram

desenvolver uma política de proteção efetiva para florestas, principalmente a Amazônica, considerada o pulmão do mundo.

- Não entendemos questões culturais do “homem branco”. A exemplo do corpo que é templo de seu ser. Para nós, o corpo é sagrado e não há vergonha nem pudor sobre ele. Cobrir o corpo dos pés à cabeça, como se precisasse esconder algo de tudo e de todos. Como se este corpo possuísse um pecado que precisa ser escondido. O pé do “homem branco” sofre os estigmas de sua cultura, por estarem calçados o dia inteiro em seu trabalho. Tal prática acaba desenvolvendo doenças ao longo do tempo.

As falas supracitadas demonstram um inquestionável exemplo de força e vitalidade presentes nas comunidades indígenas. Iniciou-se então um processo de reflexão crítica entre os que estavam no auditório, o dito “mundo branco” percebeu que vive escravizado por um sistema que o impede de viver em liberdade. Todos passaram a refletir sobre si mesmo e sobre seus objetivos, seus planos e seus interesses como sociedade, percebendo que foi muito válida a iniciativa de proporcionar aquele momento para que esses povos tivessem a possibilidade concreta de falar de suas vidas, sua cultura, sua forma de encarar o mundo e também de permitir que tal povo passe a ocupar o cenário político e social de forma mais ativa, rompendo de vez com a visão de um índio subalterno, desvalorizado e atrasado.

Essas falas dos/de indígenas estão teoricamente pautadas, representadas e defendidas pela obra. “A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais” e de modo particular noções de “ecologia dos saberes” e “sociologia das ausências e sociologia das emergências” (Santos, 2006) e seus desdobramentos/ aprofundamentos temáticos apresentados em outras obras do mesmo autor (Santos, 2007; Santos, 2008).

Ficou evidente a necessidade de superar certos estereótipos e romper com essa perspectiva colonialista de produção de conhecimento, e assim, poder questionar a colonialidade em outras dimensões também, proporcionando assim a desconstrução de práticas e discursos hegemônicos tão arraigados em nossa sociedade. Uma vez que o auditório estava repleto de estudantes, professores e a comunidade acadêmica e também local, a fala relatada acima proporcionou inclusive certo desconforto entre “os intelectuais acadêmicos”, pois percebeu-se que, de fato, seus discursos estavam impregnados por um pensamento cientificista elitista que define o “homem branco” como superior, retomando o “pensamento abissal” e Boaventura de Sousa (Santos, 2008), como explicado anteriormente. Sendo os professores atores políticos na sociedade, precisavam agora assumir um compromisso político que não mais reproduzisse essa colonialidade do pensamento e também do saber. Narrativas decoloniais precisavam agora ser postas em prática.

O professor Sérgio Costa, especialista em Antropologia, argumenta que as narrativas decoloniais devem ser compreendidas como uma forma de resistência contra as narrativas coloniais dominantes e o legado colonialista. De acordo com Costa (2002) é importante centrar as perspectivas e vozes dos povos colonizados e valorizar suas culturas e conhecimentos. Costa (2002) também argumenta que as narrativas decoloniais devem ser parte de uma estratégia maior de transformação social e política, visando a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Esta transformação social e política precisa reparar parte da dívida histórica que temos com os indígenas. A herança cultural que a modernidade e o colonialismo deixaram como legado. A exemplo disto, podemos citar as barbáries pelas quais esses povos foram submetidos em nome da civilização e principalmente para a difusão da fé cristã.

Há também, na filosofia, teóricos e intelectuais que também defendem uma narrativa decolonial. Para o filósofo Baruch Espinoza, que dialoga com a visão de Costa e outros teóricos, no tocante a questões de liberdade e de igualdade, todos os seres humanos são igualmente dotados de razão e dignidade. Para Espinoza (2015) este princípio é relevante para as narrativas decoloniais, pois busca desafiar a hierarquia colonialista que coloca os povos colonizados em posições inferiores.

Dentre os estudiosos que também defendem esta forma de pensar “descentralizada”, podemos citar estudos de Aníbal Quijano (2009) com seus estudos sobre colonialidade e poder, Walter Mignolo (2005) que se aprofunda nas discussões sobre decolonial, entre outros que permitem ilustrar a necessidade de denunciar “a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (GROSFOGUEL, 2008, p. 126 apud. BALLESTRIN, 2013, p. 100).

Muito foi ensinado pelos povos indígenas em tão pouco tempo. Os indígenas nos ensinaram que não podemos mais pensar somente em nós mesmos. Não podemos ficar em nossos mundos divididos imposto pela colonialidade de nossos pensamentos.

Evidenciou-se a necessidade de uma reorientação de nossas práticas pedagógicas. Tais práticas precisam incluir no exercício da profissão a investigação, a inclusão, o respeito aos demais povos e comunidades, e, principalmente, o rompimento com o colonialismo europeu que direciona nosso *modus operandi*. Este modo de agir, direciona nossa prática pedagógica voltada para o desenvolvimento de uma ciência com um viés hegemônico no tocante a questões epistemológicas. Isto porque, pensar a ciência sobre um único viés possível é uma forma de dominação étnico-racial que busca deslegitimar outros conhecimentos advindos de povos em situação de vulnerabilidade social. Sueli Carneiro Carneiro (2018, p. 96) define epistemicídio como um [...]

dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, [...] de seus membros como sujeitos do conhecimento.

Posto isto, o não reconhecimento de saberes indígenas, uma vez que fazem parte destes grupos dominados, reforçam a esfera da falta de representatividade, bem como as desconstruções de cunho cultural, linguístico e religioso. Tal cenário é propício para a marginalização social desses povos.

Cabe aqui um adendo de que quando se fala em marginalização social desses povos, é importante destacar que não só os povos indígenas são vítimas da colonialidade. O termo decolonial amplamente relacionado ao pensamento indígena brasileiro através de seus escritores e da literatura indígena evidencia que o termo vai além de individualismos, ele está incorporado aos movimentos sociais indígenas, mas também pode ser ampliado para outros grupos sociais, como por exemplo os afrodescendentes.

Abordar os aspectos teóricos diretamente relacionados com o trabalho desenvolvido, detalhando os assuntos principais do estudo em questão e baseando-se nas diferentes abordagens pesquisadas na literatura (livros, teses, dissertações, artigos, trabalhos de congresso, etc.congresso etc.).

3. Metodologia

Este artigo trata-se de um estudo qualitativo, uma vez que “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes [...] corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos” (MINAYO, 1994, p. 22).

Desta forma, a relação com os atores que proporcionaram a elaboração deste artigo aconteceu nos lócus dos estudantes do curso Técnico em Química e Técnico em Meio Ambiente, ofertados pelo Instituto Federal de Alagoas, Campus Penedo. As pesquisas, palestras, seminários, apresentações culturais, dentre outras, feitas ou viabilizadas por dois alunos bolsistas por semestre no ano de 2022 (totalizando 04 bolsistas) foram imprescindíveis para que este estudo pudesse acontecer. Vale salientar que este pesquisador é também membro do “NEABI”, e também docente de língua inglesa na referida instituição. Os encontros e eventos ocorreram entre os compromissos acadêmicos, durante os intervalos, entre as aulas, no dia -a dia, isto é, foi no palco dos docentes e discentes e comunidade em geral que se constituiu a interação pesquisador-pesquisado.

Entre os procedimentos realizados, consta a leitura das narrativas escritas pelos bolsistas sobre questões indígenas. Conversas informais e entrevistas entre este pesquisador e os alunos do

curso sobre as apresentações e eventos que aconteciam no *campus*, bem como leituras que proporcionassem um viés teórico que embasasse esse estudo.

Foi durante a fala dos discentes entrevistados, ao longo das análises das narrativas escritas pelos bolsistas e das observações que foram feitas, que foi se desenvolvendo uma temática de problematização: a expressão da colonialidade do saber no que concerne a quase tudo que envolve as comunidades indígenas, não só da cidade de Penedo-AL, mas também de todo o Brasil. Percebe-se que os discentes têm segurança para citar arquétipos do que são os povos indígenas sem nunca sequer ter visitado uma dessas comunidades.

4. Considerações Finais

Entender as formas do pensar do saber indígenas em nossa sociedade, e construir uma sociedade inclusiva, que respeite e valorize os diversos povos e seus saberes são requisitos de uma prática que busca a decolonialidade. Qualquer tipo de violência cometida sobre os colonizados, os indígenas, os escravizados, os subalternos, os marginalizados ao longo da história, deve ser denunciada. O “homem branco” tem uma dívida histórica ao colonizar e explorar tais povos. Essa colonização apagou as formas de ser, estar, pensar e dos povos indígenas em todo o mundo. Cabe ainda pensar numa epistemologia indígena que forneça a interculturalidade e um diálogo intenso de escuta ativa que, nas palavras do Mignolo (2008b, p. 136) seja “um diálogo do futuro entre cosmologia não ocidental (aymara, afros, árabe islâmicos, hindi, bambara, etc.) e ocidental (grego, latim, italiano, espanhol, alemão, inglês, português, etc).

Por fim, mas não menos importante, afirmar e reconhecer as culturas indígenas e de outros povos é prova de respeito à diversidade. É reconhecer que essas pessoas existem e têm o direito de ser diferentes. Nem superiores, nem inferiores: diferentes. Urge o respeito à diversidade cultural, epistêmica e histórica. Respeitar esses povos é uma maneira de reparar as fissuras provocadas pela modernidade e pela colonialidade.

Referências

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília**, v.1, n. 11, p. 89-117, 2013.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Escritos de uma vida**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La hybris del punto cero: ciência, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)** . Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2002.

DUSSEL, Enrique. **1492 el encubrimiento del outro hacia el origen del “mito de la modernidadla modernidad”**. Conferencias de Frankfurt, octubre 1992. La Paz: Plural Editores, 1994. (Colección Academia).

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur-Sur).

ESPINOSA, B. (2015b). **Princípios da Filosofia Cartesiana e Pensamentos Metafísicos**. Tradução de Homero Santiago e Luís César Guimarães Oliva. Belo Horizonte: Autêntica

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

GROSFOGUEL, Ramón, “Colonial Difference, Geopolitics of Knowledge and Global Coloniality in the Modern/Colonial Capitalist World-System.” **Review** 25.3 (2002): 203- 24.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo Cortez, 2010.

MIGNOLO, Walter. La idea de América Latina (la derecha, la izquierda y la opción decolonial). **Crítica y emancipación**, Buenos Aires, 251-276, 2009.

MIGNOLO, W. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**. Foz do Iguaçu/PR, 1(1) 2017. p. 12-32.

MINAYO, Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. Tradução de Ângela Lopes Norte. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, Niterói, Rio de Janeiro, v.1, n.34, p. 287-324, 2008b.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo Linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019b.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL Ramón (eds.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2009. Cap. 2. p. 73- 118.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia do saber. **Novos Estudos, CEBRAP**, v.79, p.71 – 94, nov, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, n. 79, p. 71-94, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez. Editora, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes”, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 78, 3-46, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal”, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80, 11-43, 2008.